

VULCABRAS AZALEIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 50.926.955/0001-42
NIRE 35.300.014.910

PROPOSTA E MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA VULCABRAS AZALEIA S. A.
DE 27 DE ABRIL DE 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

É com prazer que convidamos V.S.as a participar da Assembléia Geral Ordinária (“Assembléia”) da Vulcabras Azaleia S.A. (“Vulcabras” ou “Companhia”), convocada para o dia 27 de abril de 2016, às 9h00min, na sede da Companhia, localizada na Av. Antônio Frederico Ozanan, nº 1.440, Bairro da Gama, na Cidade de Jundiaí - Estado de São Paulo, Brasil, nos termos do respectivo Edital de Convocação, a ser publicado em 12, 13 e 14 de abril de 2016 no jornal Diário do Comércio Indústria e Serviço e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como disponibilizado no site da Companhia (www.vulcabrasazaleiari.com.br).

PEDRO GRENDENE BARTELLE

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,

A elaboração do presente Manual para Participação de Acionistas (“Manual”) está alinhada à filosofia da Companhia voltada para a melhoria contínua de suas práticas de governança corporativa, incluindo a qualidade e facilidade das informações prestadas aos nossos acionistas.

O presente documento propõe-se a apresentar as propostas da administração, esclarecer e orientar V.S.as acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia de 27 de abril de 2016 da Vulcabras Azaleia. Deste modo, V.S.as encontrarão neste Manual de informações sobre a data, local e hora da Assembleia, orientações acerca dos procedimentos necessários ao seu comparecimento e representação para participação na Assembleia, além das informações necessárias sobre as matérias a serem deliberadas.

Pedro Bartelle

Diretor Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 9h00min, no dia 27 de abril de 2016, em sua sede social localizada no Estado de São Paulo, na Cidade de Jundiaí, na Avenida Antonio Frederico Ozanan, 1440, Bairro da Grama, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (b) deliberar sobre o resultado do exercício encerrado em 31.12.2015;
- (c) fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2016.

Informações Gerais:

- Conforme preceitua o artigo 10º do Estatuto Social, poderão participar da Assembleia, os acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos, os quais deverão exibir, além do documento de identidade, comprovante da instituição depositária das ações, expedidos com antecedência não superior a 3 (três) dias contados da data prevista para a realização da Assembleia. O acionista que comparecer à assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.
- As informações e documentos previstos na Instrução CVM nº 481/09 estão à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (www.vulcabrasazaleiari.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Jundiaí, 24 de março de 2016.

PEDRO GRENDENE BARTELLE

Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Vulcabras Azaleia S.A. (“Vulcabras” ou “Companhia”) vem apresentar aos Srs. acionistas a Proposta da Administração, acerca das matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada no dia 27 de abril de 2016 às 09h00min:

(I) Deliberar sobre as contas dos administradores, o exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Este item da Proposta da Administração trata sobre a deliberação a ser feita em Assembleia Geral Ordinária da Companhia quanto ao exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, disponibilizadas aos Acionistas em 11.03.2016, anexas ao presente Manual como Anexo (I.a), acompanhadas do parecer dos auditores independentes, anexo ao presente Manual como Anexo (I.b).

O Prejuízo Líquido da Companhia no exercício social findo em 31.12.2015 foi de R\$ 49.917.840,92 (Quarenta e nove milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos), que acrescido da realização da Reserva de Reavaliação em Controladas, no valor de positivo R\$ 1.352.873,04 (Um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e quatro centavos) e dos prejuízos acumulados no valor de R\$ 505.414.513,22 (Quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e treze reais e vinte e dois centavos) fez o montante de R\$ 553.979.481,10 (Quinhentos e cinquenta e três milhões, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos) em prejuízos acumulados.

Dado o saldo de prejuízos no exercício, não serão distribuídos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2015. Os administradores, também, fazem comentários relativos à situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência, anexados ao presente Manual como Anexo (I.c).

(II) Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia

Este item da ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária tem por fim estipular o valor de remuneração anual dos Administradores da Companhia. A proposta de remuneração aos administradores é até R\$ 8.530.046 (oito milhões, quinhentos e trinta mil e quarenta e seis reais) e as informações pertinentes exigidas pelo Artigo 12 da ICVM 481/09 seguem anexas ao presente Manual como Anexo (III).

Jundiaí, 27 de abril de 2016.

PEDRO GRENDENE BARTELLE
Presidente do Conselho de Administração

**ANEXOS AO MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA VULCABRAS AZALEIA S. A.**

Anexo (I) – Relatório da Administração

(disponível para consulta no site da CVM e da Companhia <http://vulcabrasazaleiari.com.br/arquivos-cvm/assembleias/>)

Anexo (I.a) – Demonstrações Financeiras da Companhia

(disponível para consulta no site da CVM e da Companhia <http://vulcabrasazaleiari.com.br/arquivos-cvm/assembleias/>)

Anexo (I.b) – Parecer dos Auditores Independentes

(disponível para consulta no site da CVM e da Companhia <http://vulcabrasazaleiari.com.br/arquivos-cvm/assembleias/>)

Anexo (I.c) – Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Anexo (II) – Composição e experiência profissional da administração – Conselho de Administração

Anexo (III) – Proposta de Remuneração dos Administradores

ANEXO (I.c)

AO MANUAL DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES
(INDICADAS NO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10. COMENTÁRIO SOBRE:

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas, arquivadas junto à CVM em 10 de março de 2016, inclusive as notas explicativas a elas relativas, e outras informações financeiras contidas em outras partes do presente documento. As notas explicativas mencionadas neste documento referem-se às notas explicativas das demonstrações financeiras da Vulcabras Azaleia S.A.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral da Companhia

A Vulcabras Azaleia é um grupo empresarial brasileiro com mais de 60 anos de história, atuamos na produção e comercialização de calçados esportivos, femininos, chinelos, confecções e acessórios esportivos. Nossos produtos são produzidos em quatro fábricas; todas localizadas no Brasil. Contamos também com quatro centros de distribuição, dois localizados no Brasil, e os demais na Colômbia, Peru.

Os centros de distribuição localizados no exterior fortalecem nossa presença nos mercados internacionais e nos conferem vantagens competitivas no atendimento a nossos clientes nesses países. Nossos principais segmentos de atuação são:

- Produção e comercialização de calçados esportivos da marca Olympikus;
- Produção e comercialização de calçados femininos da marca Azaleia e Dijean;
- Produção e comercialização de calçados de segurança – Botas industriais e
- Outros tipos de calçados e confecções.

2015

O cenário macroeconômico instável, que culminou com a piora da economia brasileira, queda de confiança dos consumidores e em uma enxurrada de más notícias, fez com que o consumo no setor calçadista apresentasse grande queda em 2015.

Este panorama também influenciou os lojistas, que, apreensivos, não compraram da forma esperada. Somado a isso, um excedente de produção de nacionais e estoques importados resultou em muitas liquidações. Com isso, tivemos que fazer concessões para manter as vendas. Por outro lado, nossa divisão do feminino apresentou melhora no volume de vendas, e os nossos produtos e coleções tiveram uma boa recepção dos lojistas.

Mesmo não vislumbrando melhorias no cenário macroeconômico para 2016, acreditamos em um ano bom. Com a força de nossas marcas, vamos em busca de crescimento e da recuperação dos resultados.

Empresa

No ano de 2015, embora ainda com prejuízo, a empresa teve uma evolução positiva em relação ao ano anterior. O endividamento líquido da empresa somou R\$ 640,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R\$ 37,0 milhões ou 5,5% em relação a 2014, que somou R\$ 677,4 milhões. Essa diminuição é fruto da participação do acionista principal da Companhia, com objetivo de melhorar a liquidez e reduzir o custo de captação.

O patrimônio líquido somou R\$ 35 milhões positivos em 31 de dezembro de 2015. O ativo total encerrou 2015 somando R\$ 1.237,1 milhões.

Apesar da redução de 22,8% na receita operacional bruta, fruto do desaquecimento do varejo no segundo semestre de 2015, e do aumento das importações de calçados mais competitivos que os produzidos internamente, o resultado líquido do exercício, apresenta uma melhora em relação ao exercício anterior, somando R\$ 49,9 milhões negativos no encerramento de 2015 contra R\$ 72,8 milhões em 2014.

O EBITDA somou R\$ 180,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um incremento de 41% milhões em relação a 2014. A melhora no resultado é decorrente dos planos de redução e adequação de custos, que vem sendo realizados desde 2012 pela companhia.

Receita Operacional Bruta: Se manteve estável em 2015, porém no mercado externo teve aumento de 16,5% no último trimestre de 2015 comparado a 2014.

Receita Operacional Líquida: Aumento de 0,6% em 2015, em comparação a 2014..

Despesas com Vendas e Administrativas: Redução de 5,5% no último trimestre de 2015 em comparação a 2014.

2014

O setor calçadista brasileiro apresentou um crescimento abaixo das expectativas em 2014. As importações de calçados tiveram uma diminuição de 6,0% em volume (36 milhões de pares em 2014 e 39 milhões em 2013) e de 13,7% em dólares, com a Balança Comercial apresentando queda nos últimos anos (Abicalçados), fatores que acirraram ainda mais a concorrência no mercado interno.

A exportação de calçados brasileiros manteve-se nos mesmos patamares de 2013. Os dois principais destinos dos calçados brasileiros, Estados Unidos e Argentina, reduziram as compras de calçados brasileiros, menos competitivos que os asiáticos. Esta situação foi agravada pelas barreiras comerciais impostas aos produtos brasileiros pela Argentina, segundo principal destino do setor e principal destino da nossa empresa.

Empresa

No ano de 2014, embora ainda com prejuízo, a empresa teve uma evolução positiva em relação ao ano anterior. O endividamento líquido da empresa somou R\$ 677,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de R\$ 84,3 milhões ou 11,1% em relação a 2013, que somou R\$ 761,7 milhões. Essa diminuição é fruto de processo de reestruturação do capital que conta com a participação do acionista principal da Companhia, com objetivo de melhorar a liquidez e reduzir o custo de captação.

O patrimônio líquido somou R\$ 61 milhões positivos em 31 de dezembro de 2014. O ativo total encerrou 2014 somando R\$ 1.271,5 milhões.

Apesar da queda de 3,9% na receita operacional bruta, fruto do desaquecimento do varejo no segundo semestre de 2014, e do aumento das importações de calçados mais competitivos que os produzidos internamente, o resultado líquido apresenta uma melhora em relação ao exercício anterior, somando R\$ 72,8 milhões negativos no encerramento de 2014 contra R\$ 126,7 milhões em 2013.

O EBITDA somou R\$ 128,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um incremento de R\$ 54 milhões em relação a 2013. A melhora no resultado é decorrente dos planos de redução e adequação de custos, que vem sendo realizados desde 2012 pela companhia.

2013

O setor calçadista brasileiro apresentou um crescimento abaixo das expectativas em 2013; o consumo interno teve incremento de 2,8% em 2013, abaixo das expectativas que apontavam crescimento real de 5%. As importações de

calçados, por outro lado, tiveram um incremento de 9,8% em volume (39 milhões de pares em 2013 e 35,6 milhões em 2012) e de 12,5% em dólares, com a Balança Comercial apresentando a pior queda dos últimos anos (Abicalçados), fatores que acirraram ainda mais a concorrência no mercado interno. A exportação de calçados brasileiros manteve-se nos mesmos patamares de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, apesar da queda de 13,7% da receita operacional bruta o resultado líquido apresenta uma melhora em relação ao exercício anterior, somando R\$ 126,7 milhões negativos no encerramento de 2013 contra R\$ 308 milhões em 2012, o EBITDA somou R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um incremento de R\$ 68,5 milhões em relação a 2012. O endividamento líquido foi menor em 21,1% em relação a 2012.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A tabela abaixo apresenta a descrição da estrutura de capital relativamente aos três últimos exercícios sociais:

Consolidado (Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013	%	2014	%	2015	%
Próprio	133.290	14%	60.796	5%	35.491	3%
Terceiros	1.134.270	86%	1.210.718	95%	1.201.663	97%
Total	1.375.440	100%	1.271.514	100%	1.237.154	100%

i) Hipóteses de resgate

As ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e sem previsão de resgate além daquelas estipuladas em lei.

ii) Fórmula de cálculo do valor do resgate

As ações emitidas pela Companhia são todas ordinárias e sem previsão de resgate além daquelas estipuladas em lei.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Historicamente temos níveis que consideramos adequados. A tabela abaixo apresenta nossa posição nas rubricas “Disponibilidades” e “Aplicações financeiras” de curto prazo, bem como os saldos de contas a receber, dos estoques, total de financiamentos do passivo não circulante.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
R\$ Milhões	2013	2014	2015
Disponibilidades e Aplicações financeiras de curto prazo	56,7	40,8	34,0
Saldos de contas a receber	354,9	399,2	394,8
Saldos de estoques	207,8	265,4	234,1
Empréstimos e financiamentos do passivo circulante	(375,2)	(334,1)	(587,4)
Fornecedores	(80,6)	(108,6)	(62,2)
Demais passivos circulantes	(153,3)	(153,2)	(121,0)
Total de financiamentos do passivo não circulante	(445,5)	(385,8)	(88,0)

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para financiamento de nossas operações utilizamos principalmente os bancos e agências oficiais que financiam o desenvolvimento do País. Temos reunido nos últimos anos, as condições de acesso às linhas de financiamento para investimentos, exportações e capital de giro do BNDES e do BNB, além das linhas de apoio à inovação e investimento tecnológico da FINEP. Estes financiamentos são concedidos mediante a apresentação de projetos de investimentos e após a análise criteriosa de garantia, risco e retorno, bem como da comprovação e inspeção da realização destes investimentos.

A tabela abaixo apresenta os investimentos realizados por nós nos períodos indicados:

Investimentos			
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2013	2014	2015
Prédios e instalações	2.863	862	3.593
Máquina e equipamentos	5.285	4.872	562
Moldes e outros	53.280	26.790	30.552
Total	61.428	32.524	34.407

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Eventuais deficiências de liquidez são cobertas com as nossas posições nas rubricas “Disponibilidades” e “Aplicações financeiras” de curto prazo ou linhas de credito, com este objetivo, tomadas junto aos bancos comerciais parceiros da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo de empréstimos e financiamentos contratados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está indicado na tabela abaixo:

	2015				Total	
	Custo médio		Garantia	Circulante		Não circulante
	da dívida (% a.a.)	Aval		Principal e encargos		Principal e encargos
MOEDA ESTRANGEIRA						
Empréstimos em Pesos	21,0% a 37,5% a.a.	Vulcabras Azaleia CE e Vulcabras Azaleia S.A.	Carta de Crédito Standby no Banco do Brasil e Bradesco.	86.449	-	86.449
Financiamentos Importação/Exportação	Libor + 4,0% a 5,45% a.a. ou taxa fixa 6,3% a 7,9% a.a. + Comissão interna.	Vulcabras Azaleia CE e Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e nota promissória	71.346	-	71.346
Total moeda estrangeira				157.795	-	157.795

	2015				Total	
	Custo médio		Garantia	Circulante		Não circulante
	da dívida (% a.a.)	Aval		Principal e encargos		Principal e encargos
MOEDA NACIONAL						
Cédula de Crédito Industrial	10,0% a.a. c/ 25,0% bônus de adimplência.	Vulcabras Azaleia RS e Vulcabras Azaleia S.A	Hipoteca, alienação fiduciária, garantias evolutivas e penhor de máquinas e equipamentos.	7.001	8.494	15.495
Revitaliza reestruturação	TJLP + 4,61% a.a.	Pedro Grendene/ Interviente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras Azaleia S.A.	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S/A de propriedade da Verona Neg. Part. S/A.	39.940	49.425	89.365
Finames	5,5% a.a.	Vulcabras Azaleia S.A. ou Vulcabras Azaleia RS	Nota promissória e alienação fiduciária	40	-	40
FINEP	TJPL + 5,0% a.a (equalização TJLP - 0,25% a.a) ou 4,0% a.a.	Vulcabras Azaleia CE	-	11.001	24.882	35.883
Nota de Crédito à Exportação	115,0% a 128,0% do CDI + 3,80% a.a.	Vulcabras Azaleia S.A. e Pedro G. B.	Cessão de duplicatas e títulos de capitalização	282.824	-	282.824
Cédula de Crédito Bancário	CDI + 2,86% a 4,35% a.a.	Vulcabras Azaleia S.A., CE, BA e RS	Cessão de duplicatas	31.037	-	31.037
Cédula de Crédito à Exportação	CDI+0,45% a.m.C DI+3,15% a.a.; 14,71% a.a c/15,0% bônus de adimplência	Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	56.546	-	56.546
Outros financiamentos Incentivados	TJLP	Garantia Fidejussória – Pedro G. B.	-	1.258	5.216	6.474
Total moeda nacional				429.647	88.017	517.664
TOTAL GERAL				587.442	88.017	675.459

	2014				Total	
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Aval	Garantia	Circulante	Não circulante	
				Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA ESTRANGEIRA						
Empréstimos em Pesos	26,0% a 28,5% a.a.	Vulcabras Azaleia CE e Vulcabras Azaleia S.A.	Carta de Crédito Standby no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.	71.474	-	71.474
Financiamentos Importação/Exportação	Libor + 0,55% a 4,60% a.a. ou 3,70% a.a. + 0,60% a.a.	Vulcabras Azaleia CE e Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e nota promissória	53.962	-	53.962
Total moeda estrangeira				125.436	-	125.436

	2014				Total	
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Aval	Garantia	Circulante	Não circulante	
				Principal e encargos	Principal e encargos	
MOEDA NACIONAL						
Cédula de Crédito Industrial	10,0% a.a. (25,0% bônus de adimplência) a CDI + 0,3% a.m	Vulcabras Azaleia CE, Vulcabras Azaleia SE e Vulcabras Azaleia RS	Hipoteca, alienação fiduciária e garantias evolutivas	19.892	15.461	35.353
Revitaliza reestruturação	TJLP + 4,6% a.a.	Pedro Grendene/Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras Azaleia S.A.	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S/A de propriedade da Verona Neg. Part. S/A.	39.921	88.646	128.567
PSI – Inovação	TJLP + 1,4% a.a. ou 4,5% a.a.	-	Fiança bancária	4.373	-	4.373
Finames	4,5% a 5,5% a.a.	Vulcabras Azaleia S.A. ou Vulcabras Azaleia RS	Nota promissória e alienação fiduciária	1.248	40	1.288
FINEP	TJPL + 5,0% a.a. (equalização TJLP - 0,3% a.a.) ou 4,0% a.a.	Vulcabras Azaleia CE	-	11.023	35.815	46.838
Nota de Crédito à Exportação	115,0% a 128,0% do CDI	Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas e títulos de capitalização	48.761	223.333	272.094
Cédula de Crédito Bancário	CDI + 0,3% a.m. ou CDI + 2,56% a 2,86% a.a.	Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	23.026	16.938	39.964

Revitaliza Exportação	8,0% a.a	Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	24.528	-	24.528
Cédula de Crédito à Exportação	CDI+0,4% a.m.	Vulcabras Azaleia S.A.	Cessão de duplicatas	15.100	-	15.100
Outros financiamentos Incentivados	TJLP a CDI + 0,3 a.m	-	-	20.817	5.542	26.359
Total moeda nacional				208.689	385.775	594.464
TOTAL GERAL				334.125	385.775	719.900

Em 2015, a Companhia registrou o montante de R\$ 675,4 (R\$ 719,9 em 2014), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$ 587,4 de curto prazo e R\$ 88,0 de longo prazo (R\$ 334,1 de curto prazo e R\$ 385,7 de longo prazo em 2014) a um custo médio de 16,65%, equivalente a 117,75% do CDI (12,55%, equivalente a 108,47% do CDI, em 2014).

g) Operação Descontinuada

Em 02 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia S.A. publicou a decisão de seu Conselho de Administração que firmou contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças com Dass Nordeste S.A., tendo por objeto ações representativas de 100% do capital social da Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A.. A Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A., é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções de nossas marcas, no mercado argentino. A transferência das ações da Vulcabras Azaleia Argentina S.A. foi concluída em 01 de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia Argentina S.A.. estava classificada como grupo de **operação descontinuada**.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As nossas informações de balanço patrimonial consolidado e das demonstrações de resultado consolidado relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 foram extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes, conforme indicado nos respectivos pareceres.

Preparamos nossas demonstrações contábeis de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, que inclui, a partir de 1º de janeiro de 2008, os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941, nas regras e regulamentos emitidos pela CVM e nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON.

O principal objetivo da Lei 11.638 e da Lei 11.941 é atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade que

são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM com base nas normas internacionais de contabilidade.

COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COM O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

As informações das demonstrações de resultado consolidado relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 apresentadas abaixo, foram extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas ou revisadas por nossos auditores independentes e elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

Exercício encerrado em 31 de dezembro de						
<i>(Em R\$ mil, exceto percentuais)</i>						
	2014	a.v.⁽¹⁾	2015	a.v.⁽¹⁾	a.h.⁽²⁾	a.h.⁽²⁾
		(%)		(%)	(%)	(R\$)
Operação em continuidade						
Receita Operacional Bruta	1.473.260	116,3%	1.137.273	117,7%	-22,8%	(335.987)
Deduções	(206.133)	-16,3%	(171.398)	-17,7%	-16,9%	34.735
Devoluções e abatimentos	(52.244)	-4,1%	(42.605)	-4,4%	-18,4%	9.639
Impostos sobre as vendas	(153.889)	-12,1%	(128.793)	-13,3%	-16,3%	25.096
Receita Operacional Líquida	1.267.127	100,0%	965.875	100,0%	-23,8%	(301.252)
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(923.247)	-72,9%	(678.429)	-70,2%	-26,5%	244.818
Lucro Bruto	343.880	27,1%	287.446	29,8%	-16,4%	(56.434)
Receitas (Despesas) Operacionais	(420.347)	-33,2%	(347.642)	-36,0%	-17,3%	72.705
Vendas	(196.991)	-15,5%	(172.247)	-17,8%	-12,6%	24.744
Administrativas e Gerais	(115.671)	-9,1%	(72.720)	-7,5%	-37,1%	42.951
Receitas Financeiras	19.396	1,5%	46.395	4,8%	139,2%	26.999

Despesas Financeiras	(133.771)	-10,6%	(144.547)	-15,0%	8,1%	(10.776)
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.448	0,1%	1.667	0,2%	15,1%	219
Outras Receitas Operacionais, líquidas	5.242	0,4%	(6.190)	-0,6%	218,1%	(11.432)
<hr/>						
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(76.467)	-6,0%	(60.196)	-6,2%	-21,3%	16.271
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.673	0,3%	(587)	-0,1%	116,0%	(4.260)
Resultado líquido das operações em continuidade	(72.794)	-5,7%	(60.783)	-6,3%	-16,5%	12.011
<hr/>						
Operação descontinuada	-	0,0%	10.863	1,1%	0,0%	10.863
<hr/>						
Resultado líquido do Exercício	(72.794)	-5,7%	(49.920)	-5,2%	-31,4%	22.874

⁽¹⁾ Análise Vertical.

⁽²⁾ Análise Horizontal

Receita Operacional Bruta

A receita Operacional Bruta não contempla a operação descontinuada.

A Receita Operacional Bruta consolidada foi de R\$ 1.465,5 milhões, 0,5% abaixo dos R\$ 1.473,3 milhões em 2014.

A queda no último trimestre se deu em função do cenário econômico negativo e consequente queda de consumo de calçados, porém apesar disto, conseguimos manter o mesmo nível de vendas no ano 2015 quando comparado com o ano anterior.

Deduzindo a operação descontinuada a receita bruta ficou em R\$ 1.137,2 milhões em 2015.

A redução no último trimestre se deu em função do cenário econômico negativo e consequente queda de consumo de calçados, porém apesar disto, conseguimos manter o mesmo nível de vendas no ano 2015 quando comparado com o ano anterior. Foram feitos investimentos no desenvolvimento de calçados visando tecnologia e *design*, além do realinhamento de processos no sentido de buscar a adequação dos custos e despesas da empresa.

A tabela a seguir apresenta a receita bruta e o volume de vendas e serviços nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Receita bruta de vendas e serviços	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2015	a.v. ⁽¹⁾ (%)	a.h. (%) ⁽²⁾	a.h. (R\$) ⁽²⁾

(Em R\$ milhões)

Mercado Interno	1.127.610	1.031.696	90,7%	-8,5%	(95.914)
Calçados	1.084.846	1.006.386	88,5%	-7,2%	(78.460)
Confecção	42.765	25.310	2,2%	-40,8%	(17.455)
Mercado Externo	345.649	105.577	9,3%	-69,5%	(240.072)
Calçados	341.593	104.159	9,2%	-69,5%	(237.434)
Confecção	4.055	1.418	0,1%	-65,0%	(2.637)
Total da receita bruta de vendas e serviços	1.473.259	1.137.273	100,0%	-22,8%	(335.986)

Receita bruta de vendas e serviços	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	2014	2015	a.v. ⁽¹⁾ (%)	a.h. (%) ⁽²⁾	a.h.(R\$) ⁽²⁾
	<i>(Em milhares de pares e peças)</i>				
Mercado Interno	21.524	18.985	91,3%	-11,8%	(2.539)
Calçados	20.523	18.319	88,1%	-10,7%	(2.204)
Confecção	1001	666	3,2%	-33,5%	(335)
Mercado Externo	6.119	1.811	8,7%	-70,4%	(4.308)
Calçados	6.011	1.768	8,5%	-70,6%	(4.243)
Confecção	108	43	0,2%	-60,2%	(65)
Total do volume de pares e peças	27.643	20.796	100,0%	-24,8%	(6.847)

(1) Análise Vertical.

(2) Análise Horizontal.

Mercado Interno.

As vendas no mercado interno representaram 90,7% da receita bruta total obtida em 2015 e atingiram R\$ 1.031,7 milhões em 2015 (R\$ 1.127,6 milhões em 31 de dezembro de 2014) o que representou uma redução de 8,5%, ou R\$ 96 milhões, comparando-se com o exercício social anterior.

Em períodos recessivos, é comum que a indústria procure adaptar o ritmo de produção à demanda mais fraca e corte gastos, inclusive com inovação. No Brasil, fabricantes de calçados reduziram custos e ampliaram exportações para compensar a queda das vendas internas. Mas algumas empresas tomaram outro rumo: investiram em inovações e registraram vendas acima da média.

O mercado brasileiro de calçados encerra 2015 com uma queda nas vendas próxima a 8% e sem sinais de melhora para 2016. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a tendência de recuo no varejo doméstico deve continuar no primeiro semestre. Já as exportações podem apresentar alguma melhora no próximo ano, com o dólar mais estável.

Mercado Externo.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) informou nesta segunda-feira que o setor encerrou 2015 com queda de 4,2% no volume de calçados exportados, em comparação a 2014, totalizando 124 milhões de pares. Em receita, as vendas externas somaram US\$ 960,4 milhões, com queda de 10% em relação ao ano anterior.

Mesmo sem um cenário favorável, a empresa teve uma redução de 11,8% nas suas vendas ao mercado externo. Em 2015 nossas exportações representaram 9,3% da receita bruta total e atingiram R\$ 105,6 milhões, o que representou uma redução de R\$ 240,0 milhões, comparando-se com o exercício social anterior (R\$ 345,6 milhões). Essa redução foi principalmente da Argentina, por meio da operação de descontinuidade.

Deduções

As Deduções não contemplam a operação descontinuada.

Devoluções e Abatimentos. As devoluções e abatimentos somaram R\$ 42,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 0,3 p.p. em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os percentuais sobre a receita líquida foram -4,4% e -4,1% respectivamente.

Impostos sobre as Vendas. Os impostos sobre as vendas somaram R\$ 128,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 16,3% no comparativo com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida não contempla a operação descontinuada.

A Receita Operacional Líquida consolidada foi de R\$1.275,1 milhões, 0,6% acima dos R\$ 1.267,1 milhões nos 2014. Como o aumento nas vendas no mercado externo, obtivemos uma melhora de 0,6% em 2015 comparando 2014.

Para maiores informações, vide detalhamento desta redução na rubrica "Receita Operacional Bruta".

Deduzindo a operação descontinuada a receita líquida ficou em R\$ 965,8 milhões em 2015

Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os Custos Dos Produtos Vendidos não contemplam a operação descontinuada.

Os Custos dos Produtos Vendidos (CPV) consolidados me 2015 foi de R\$922,3 milhões, acima dos R\$ 923,2 milhões em 2014.

Deduzindo a operação descontinuada ficou em 2015 R\$678,4 milhões.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto não contempla a operação descontinuada.

O lucro bruto consolidado foi de R\$ 352,8 milhões, 2,6% acima dos R\$ 343,8 milhões em 2014.

A margem bruta do último trimestre (24,8%) foi impactada pelo acirramento de preços e consumo menor decorrente do cenário econômico, porém alcançamos 28% no ano de 2015.

Deduzindo a operação descontinuada foi de R\$287,4 milhões em 2015.

Despesas (Receitas) Operacionais

As Despesas (Receitas) Operacionais não contemplam a operação descontinuada.

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 347,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou redução de 17,3%, ou R\$ 72,7 milhões, comparados aos R\$420,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, correspondendo, respectivamente, a 33,2 e 30,3% da nossa receita operacional líquida. Segue os, principais fatores dessa variação:

Vendas. Nossas despesas com vendas somaram R\$ 172,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 196,9 milhões em 2014), o que representou uma queda de 12,6%, ou R\$ 24,7 milhões, comparados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Esta queda foi provocada principalmente pela redução de R\$ 16,0 milhões ou 16,9% nas despesas de propaganda, que somaram R\$ 58,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 contra R\$ 74,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é consequência da nova estratégia de gastos com publicidade introduzida pela Companhia para o exercício de 2015. Em linha com o plano de negócio desenvolvido para 2015, a maioria dos patrocínios esportivos foi encerrada.

Administrativas e Gerais. Nossas despesas administrativas e gerais atingiram R\$ 72,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 37,1%, ou R\$ 42,9 milhões no comparativo com os R\$ 115,6 milhões no exercício encerrado em 2014. As principais reduções são nas despesas de serviços de terceiros de R\$ 16,8 e com pessoal de R\$ 14,0 milhões.

Resultado financeiro. O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2015 somou uma despesa de R\$ 98,1 milhões e representou 10,2% da receita operacional líquida, contra uma despesa de R\$ 114,4 milhões (9,0% da receita operacional líquida) em 31 de dezembro de 2014. O Resultado financeiro não contempla a operação descontinuada.

Despesas Financeiras. Nossas despesas financeiras representaram R\$144,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 133,7 milhões em 2014), o que representou um aumento de 8,1%, ou R\$ 10,7 milhões, comparados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu principalmente pelo custo financeiro no ano foi impactado pela elevação da taxa básica de juros e taxa de câmbio em relação ao ano anterior. As Despesas Financeiras não contempla a operação descontinuada.

Receitas Financeiras. Nossas receitas financeiras somaram R\$46,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 19,4 milhões em 2014), o que representou um aumento de 139,2%, ou R\$ 26,9 milhões, comparados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu basicamente pelo aumento das variações cambiais ativas (R\$ 13,5 milhões). As Receitas Financeiras não contempla a operação descontinuada.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas. Nossas outras receitas (*Despesas*) operacionais líquidas representaram R\$ 6,1 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 5,2 milhões negativos em 2014).

As Outras Receitas não contempla a operação descontinuada.

Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social não contempla a operação descontinuada.

Nosso resultado operacional atingiu R\$ 60,1 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 76,5 milhões em 2014), e representou 6,2% da nossa receita operacional líquida (6,0% em 2014). Tivemos uma redução no prejuízo operacional de montante de R\$ 16,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente. Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R\$ 0,5 milhão negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 116,0% comparados a R\$ 3,7 milhão no mesmo período de 2014.

Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido. A partir do exercício de 2013, o imposto de renda diferido, deixou de ter reflexo no resultado, em decorrência da constituição de provisão para a recuperação, constituída no mesmo montante do imposto.

Resultado Líquido no Exercício das operações em continuidade

Em razão dos fatores descritos acima, registramos prejuízo líquido de R\$ 60,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 72,8 milhões em 2014), o que representou uma redução de R\$ 12,0 milhões, se comparado ao exercício social anterior. A margem líquida passou de -5,7% em 2014 para -6,3% em 2015.

Resultado Líquido no Exercício

Em razão dos fatores descritos acima, registramos prejuízo líquido de R\$ 49,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 72,8 milhões em 2014), o que representou uma redução de R\$ 22,8 milhões, se comparado ao exercício social anterior. A margem líquida passou de -5,7% em 2014 para -5,2% em 2015.

Operação descontinuada

Em 02 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia S.A. publicou a decisão de seu Conselho de Administração que firmou contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças com Dass Nordeste S.A., tendo por objeto ações representativas de 100% do capital social da Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A.. A Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A., é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções de nossas marcas, no mercado argentino. A transferência das ações da Vulcabras Azaleia Argentina S.A. foi concluída em 01 de janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia Argentina S.A.. estava classificada como grupo de operação descontinuada.

O resultado do exercício da Vulcabras Azaleia Argentina S.A., é apresentado a seguir:

	2015	2014
Receita líquida de vendas	309.321	230.102
Custo das vendas	<u>(243.918)</u>	<u>(183.612)</u>
Lucro bruto	65.403	46.490
Outras receitas operacionais, líquidas	30.330	21.181
Despesas com vendas	(5.403)	(8.954)
Despesas administrativas	<u>(43.121)</u>	<u>(27.010)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	47.209	31.707
Receitas financeiras	1.520	2.447
Despesas financeiras	<u>(26.840)</u>	<u>(23.028)</u>
Resultado financeiro	(25.320)	(20.581)
Lucro antes dos impostos	<u>21.889</u>	<u>11.126</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(11.026)</u>	<u>322</u>
Lucro líquido do exercício	<u><u>10.863</u></u>	<u><u>11.448</u></u>

As principais classes de ativos e passivos da Vulcabras Azaleia Argentina S.A. classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro são:

Ativo	2015	2014
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.750	3.769
Contas a receber de clientes	72	110.416
Estoques	21.739	24.435
Impostos a recuperar	4.992	1.006
Despesas antecipadas	257	905
Outros contas a receber	3.037	2.485
Impostos a recuperar correntes	-	7.727
Total do ativo circulante	<u>45.847</u>	<u>150.743</u>
Não circulante		
Impostos de renda e contribuição social diferidos	4.436	8.201
Imobilizado	11.260	15.299
Intangível	130	1.232
Total do ativo não circulante	<u>15.826</u>	<u>24.732</u>
Total do Ativo	<u><u>61.673</u></u>	<u><u>175.475</u></u>
Passivo	2015	2014
Circulante		
Fornecedores	19.698	40.505
Financiamentos e empréstimos	12	71.405
Impostos e contribuições a recolher	2.637	755
Salários e férias a pagar	14.287	9.882
Provisões	-	1.590
Outras contas a pagar	9.670	3.418
Total do passivo circulante	<u>46.304</u>	<u>127.555</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	22.693	62.972
Ajustes de avaliação patrimonial	(15.699)	(12.564)
Lucros (prejuízos) acumulados	8.375	(2.488)
Total do patrimônio líquido	<u>15.369</u>	<u>47.920</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>61.673</u></u>	<u><u>175.475</u></u>

A Companhia reconheceu sua participação sobre os ativos e passivos da Vulcabras Azaleia Argentina S.A., na posição de 31 de dezembro de 2015, tendo por base os valores daquela data, conforme demonstrado a seguir:

2015

Ativos

Ativos de operação descontinuada	61.673
Passivos	
Passivos de operação descontinuada	46.304

ANÁLISE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2015

Esta seção trata da análise de nossos balanços patrimoniais consolidados referentes aos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, além das variações percentuais para os respectivos períodos (análise horizontal - variação percentual de cada rubrica entre os dois períodos e análise vertical - participação percentual dos itens sobre a receita operacional líquida total no mesmo período). As informações do balanço patrimonial consolidado relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 foram extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas por nossos auditores independentes e elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

Análise do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 comparado com 31 de dezembro de 2015

Balanço Patrimonial – Vulcabras Azaleia (Consolidado)					
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em R\$ mil, exceto porcentagens)					
Ativo	2014	% do Total	2015	% do Total	Var.%
Circulante	729.429	57,4%	758.584	61,3%	4,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.642	2,4%	24.693	2,0%	-19,4%
Aplicações financeiras	10.185	0,8%	9.300	0,8%	-8,7%
Contas a receber de clientes	399.243	31,4%	394.844	31,9%	-1,1%
Estoques	265.410	20,9%	234.077	18,9%	-11,8%
Impostos a recuperar	8.312	0,7%	24.134	2,0%	190,4%
Despesas antecipadas	3.677	0,3%	1.479	0,1%	-59,8%
Outros créditos	11.960	0,9%	8.384	0,7%	-29,9%
Ativos de operações descontinuadas	-	0,0%	61.673	5,0%	0,0%
Não circulante	542.085	42,6%	478.570	38,7%	-11,7%
Aplicações financeiras	1.668	0,1%	1.113	0,1%	-33,3%
Impostos a recuperar	10.957	0,9%	3.638	0,3%	-66,8%
Impostos diferidos	8.201	0,6%	1.709	0,1%	-79,2%
Depósitos judiciais	36.120	2,8%	35.445	2,9%	-1,9%
Partes relacionadas	17.635	1,4%	18.812	1,5%	6,7%

Despesas antecipadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros créditos	4.327	0,3%	2.623	0,2%	-39,4%
Bens Destinados a Venda	348	0,0%	194	0,0%	-44,3%
Investimentos	25.955	2,0%	27.622	2,2%	6,4%
Propriedade para Investimento	4.609	0,4%	4.226	0,3%	-8,3%
Imobilizado	216.207	17,0%	173.315	14,0%	-19,8%
Intangível	216.058	17,0%	209.873	17,0%	-2,9%
Ativo Total	1.271.514	100,0%	1.237.154	100,0%	-2,7%

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras

Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações financeiras não contemplam a operação descontinuada.

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 33,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 24,6 milhões e R\$ 9,3 milhões respectivamente. Os valores de caixa e equivalentes de caixa apresentaram uma queda de 28,1% de 2014 para 2015. Os valores de aplicações financeiras se mantiveram no decorrer dos dois períodos.

Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes não contemplam a operação descontinuada.

Em 31 de dezembro de 2015, essa rubrica atingiu R\$ 394,8 milhões, representando uma redução de R\$ 4,3 milhões, ou de 1,1% em relação ao montante de R\$ 399,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Mantiveram-se estável.

Estoques

Os Estoques não contemplam a operação descontinuada.

Os estoques totalizaram R\$ 234,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, redução de 11,8% em comparação com os R\$ 265,4 milhões de 31 de dezembro de 2014. A redução mais significativa ocorreu na matéria prima de R\$ 30,9 milhões.

Impostos a Recuperar

Os Impostos a Recuperar não contemplam a operação descontinuada.

Os impostos a recuperar totalizaram R\$ 24,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 190,4% em relação ao valor de R\$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação mais relevante ocorreu Refere-se aos créditos tributários de INSS e PIS/COFINS no montante de R\$ 22,0 decorrente de ação procedente transitada em julgado em 20/03/2015 e 15/03/2013, respectivamente, com aplicação da taxa SELIC como índice de correção monetária.

Despesas Antecipadas

As Despesas Antecipadas não contemplam a operação descontinuada.

As despesas antecipadas totalizaram R\$ 1,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, redução de 59,8% em relação ao valor de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução esta, principalmente em função de R\$ 0,1 milhões nas antecipações de despesas com propaganda e marketing.

Ativo Não Circulante

Impostos a Recuperar

Os Impostos a Recuperar não contemplam a operação descontinuada.

Os impostos a recuperar não circulantes totalizaram R\$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, 66,8% abaixo do valor de R\$ 11,0 milhões registrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação foi provocada basicamente pela diminuição de créditos fiscais de longo prazo, a serem compensados com resultados futuros.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 79,2% em relação ao valor de R\$ 8,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa variação corresponde a operação descontinuada na controlada Vulcabras Azaleia Argentina S.A.

Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais não contemplam a operação descontinuada.

Os depósitos realizados judicialmente estão vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários e somaram R\$ 35,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$ 0,6 milhões em relação ao valor de R\$ 36,1 milhões do exercício anterior.

Partes Relacionadas

As Partes Relacionadas não contemplam a operação descontinuada.

As transações relativas a operações da Companhia com suas controladoras e *Joint Operation* no Brasil e na Argentina tiveram um incremento de R\$ 1,1 milhão, totalizando R\$ 18,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 contra R\$ 17,6 milhões no exercício anterior.

Outros Créditos

Os Outros Créditos não contemplam a operação descontinuada.

Os Outros Créditos somaram R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$ 1,7 milhões em relação ao valor de R\$ 4,3 milhões do exercício anterior.

Investimentos

Os Investimentos não contemplam a operação descontinuada.

Os investimentos totalizaram R\$ 27 milhões em 31 de dezembro de 2015, mantendo-se estáveis em relação a 2014. A pequena variação ocorreu por conta da equivalência patrimonial.

Imobilizado

O Imobilizado não contempla a operação descontinuada.

As contas de imobilizado totalizaram R\$ 173,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma queda de R\$ 42,9 milhões em relação aos R\$ 216,2 em 31 de dezembro de 2014. Esta queda é provocada pela defasagem entre o valor de reinvestimento (R\$ 38,4 milhões) em relação aos valores de baixas e depreciação (R\$ 69,6 milhões).

Intangível

O Intangível não contempla a operação descontinuada.

As contas de intangível totalizaram R\$ 209,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$ 6,1 milhões em relação aos R\$ 216,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. A variação ocorreu principalmente pelas variações cambiais.

Balanço Patrimonial - Vulcabras Azaleia (Consolidado)

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

(Em R\$ mil, exceto porcentagens)

Passivo	2014	% do Total	2015	% do Total	Var.%
Circulante	595.966	46,9%	816.907	66,0%	-27,0%
Fornecedores	108.627	8,5%	62.200	5,0%	-42,7%
Financiamentos e empréstimos	334.125	26,3%	587.442	47,5%	75,8%
Impostos e contribuições a recolher	6.379	0,5%	6.566	0,5%	2,9%
Programa de recuperação fiscal - REFIS	369	0,0%	216	0,0%	-41,5%
Salários e férias a pagar	31.911	2,5%	18.718	1,5%	-41,3%
Provisões	53.350	4,2%	46.036	3,7%	-13,7%
Outras contas a pagar	60.451	4,8%	48.671	3,9%	-19,5%
Dividendos propostos	754	0,1%	754	0,1%	0,0%
Passivos de operações descontinuadas	-	0,0%	46.304	3,7%	0,0%
Não circulante	614.539	48,3%	384.493	31,1%	-37,4%
Financiamentos e empréstimos	385.775	30,3%	88.017	7,1%	-77,2%
Partes Relacionadas	167.150	13,1%	237.150	19,2%	100,0%
Provisões	24.143	1,9%	28.430	2,3%	17,8%
Impostos diferidos sobre reavaliação do imobilizado	5.374	0,4%	4.677	0,4%	-13,0%
Outras contas a pagar	32.097	2,5%	26.219	2,1%	-18,3%
Patrimônio líquido (controladores)	60.796	4,8%	35.491	2,9%	-41,6%
Capital social	565.913	44,5%	565.913	45,7%	0,0%
Reservas de reavaliação	10.432	0,8%	9.079	0,7%	-13,0%
Ajustes acumulados de conversão	(10.135)	-0,8%	14.478	1,2%	-242,9%

Prejuízos acumulados	(505.414)	-39,7%	(553.979)	-44,8%	9,6%
Participações de não controladores	213	0,0%	263	0,0%	23,5%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Patrimônio líquido Total	61.009	4,8%	35.754	2,9%	-41,4%
Passivo Total	1.271.514	100,0%	1.237.154	100,0%	-2,7%

Passivo Circulante

Financiamentos e Empréstimos

Os Financiamentos e Empréstimos não contemplam a operação descontinuada.

Os financiamentos e empréstimos totalizaram R\$ 587,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 75,8% em comparação com os R\$ 334,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Impostos e Contribuições a Recolher

Os Impostos e Contribuições a Recolher não contempla a operação descontinuada.

Os impostos e contribuições a recolher totalizaram R\$ 6,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, contra os R\$ 6,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Manteve-se estável.

Salários e Encargos Sociais

Os Salários e Encargos Sociais não contemplam a operação descontinuada.

Os salários e encargos sociais totalizaram R\$ 18,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 41,3% em comparação com os R\$ 31,9 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Outras Contas a Pagar

As Outras Contas a Pagar não contemplam a operação descontinuada.

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$ 48,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 11,7 milhões em comparação com os R\$ 60,4 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Passivo Não Circulante

Financiamentos e Empréstimos

Os Financiamentos e Empréstimos não contemplam a operação descontinuada.

Nossos financiamentos e empréstimos somaram R\$ 88,0 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 77,2% em comparação com os R\$ 385,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa diminuição é fruto de processos de reestruturação que contam com a participação do acionista principal da Companhia, com objetivo de melhorar a liquidez e reduzir o custo de captação. As ações que serão implementadas almejam a redução das despesas financeiras em 2015.

Partes Relacionadas

As Partes Relacionadas não contemplam a operação descontinuada.

Em 31 de dezembro de 2015 R\$ 237,1 milhões no saldo de partes relacionadas, correspondente a recursos do acionista principal da Companhia, utilizado para aumento de capital.

Provisões

As Provisões não contemplam a operação descontinuada.

Nossas provisões totalizaram R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 4,2 milhões na comparação com os R\$ 24,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse incremento ocorreu basicamente pelo aumento na provisão para contingências trabalhistas (R\$ 2,4 milhões) e provisão para indenização (R\$ 1,5 milhão).

Outras Contas a Pagar

As Outras Contas a Pagar não contemplam a operação descontinuada.

Nossas outras contas a pagar totalizaram R\$ 26,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$5,8 milhões em comparação com os R\$ 32,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 se manteve igual ao período anterior que totaliza R\$ 565,9 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Reservas de Reavaliação

Nossas reservas de reavaliação tiveram realização de R\$ 1,4 milhões, passando de R\$ 10,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 9,04 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de prejuízos acumulados representava o montante de R\$ 553,9 milhões. O valor do exercício anterior (R\$ 505,4 milhões) foi acrescido do resultado do exercício de 2015 que totalizou prejuízo de R\$ 49,9 milhões e da realização da reserva de reavaliação.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido, que em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 133,2 milhões, reduziu para R\$ 60,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. A redução ocorreu em função do prejuízo do exercício em 2014.

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Atuamos na produção e comercialização de calçados esportivos, femininos, chinelos, confecções e acessórios esportivos, produzidos em quatro fábricas; sendo as quatro estão localizadas no Brasil, além das fábricas a empresa conta com quatro centros de distribuição, dois localizados no Brasil, um na Colômbia, um no Peru.

A Vulcabras Azaleia tem em seu portfólio marcas líderes e conhecidas nacionalmente: Olympikus, Azaleia, Dijean, e Botas Vulcabras. Nossos produtos são desenvolvidos com tecnologia própria no nosso centro de tecnologia, localizado no Rio Grande do Sul. Somos autossuficientes em desenvolvimento de produtos e capacidade de fabricação.

Receita Operacional Bruta

Nossa receita operacional bruta é composta pela venda no mercado interno e externo, de calçados esportivos e femininos, primordialmente, e também de chinelos e acessórios esportivos, tanto de marcas próprias quanto de terceiros. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

As vendas no mercado externo correspondem principalmente às vendas na Argentina, Peru, Colômbia, além de outros destinos.

Deduções

Os principais componentes das deduções são os impostos sobre as vendas, os incentivos fiscais e as devoluções recebidas de clientes.

Impostos sobre as vendas. Sobre nossas vendas no mercado interno incidem tributos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65%, e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, incidem o ICMS, cuja alíquota pode ser variável de 12% a 18% dependendo do Estado de destino, o IPI à alíquota de 10% sobre as revendas de acessórios e bolsas da Vulcabras Distribuidora e 1% de contribuição previdenciária. Essas alíquotas podem ser reduzidas em decorrência dos programas de incentivos fiscais dos quais participamos. O ISS incide sobre o faturamento de serviços prestados. Sobre o faturamento de mercadorias para o mercado externo, não há incidência de PIS, COFINS, IPI e ICMS.

Nessa rubrica estão incluídos os incentivos fiscais de ICMS, que serão detalhados adiante.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O custo dos produtos vendidos é reconhecido no momento da sua venda, nossos custos mais significantes compreendem gastos com matérias-primas e mão de obra direta. No exercício de 2015, a Companhia realizou ajustes em suas operações fabris para responder às condições de concorrência mais acirradas.

Lucro Bruto

A redução de 22,8% na receita bruta, aliada a gastos extraordinários em função de ajustes nas operações fabris acarretou uma redução no Lucro bruto. A margem bruta que em 31 de dezembro de 2014 era de 27,1% passou para 29,8% em 31 de dezembro de 2015. O Lucro Bruto não contempla a operação descontinuada.

Incentivos Fiscais

Nossos incentivos fiscais incidem sobre o saldo devedor, principalmente de ICMS, e nos beneficiamos com a redução do ICMS devido entre 75% a 99% dependendo do Estado do Brasil (Ceará, Bahia, e Sergipe) onde está localizada a planta industrial. O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções, grupo de Impostos sobre vendas.

Também possuímos benefícios fiscais que nos permitem reduzir o IR devido. A partir de 1º de janeiro de 2008, com o advento da Lei nº. 11.638, o incentivo passou a ser reconhecido diretamente no resultado das controladas a crédito de imposto de renda, sendo reconhecido no resultado da controladora através da equivalência patrimonial, e classificado na demonstração de resultado consolidada como Imposto de renda.

Somos beneficiários destes incentivos por meio de nossas controladas Vulcabras Azaleia – CE, Vulcabras Distribuidora, Vulcabras Azaleia – BA, Vulcabras Azaleia – SE e Reiziger Participações. Estas empresas usufruem dos incentivos fiscais por meio de programas estaduais e federais, conforme a seguir descritos. Os incentivos fiscais que beneficiam nossas Subsidiárias têm prazos determinados, no entanto não tivemos, nos últimos anos, dificuldade para prorrogá-los.

Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de isenção e redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração para diferentes níveis de produção encerrando-se em 2016.

A controlada Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é beneficiária de incentivo fiscal incondicional concedido pelo Governo do Estado do Ceará nas modalidades abaixo:

PROVIN - Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas mediante operações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará:

PROVIN calçados e confecções - Refere-se ao incentivo fiscal como contrapartida de um programa, já realizado pela Companhia, de investimentos fixos e geração de empregos.

Os contratos relativos a este programa têm como prazo final agosto de 2021 e junho de 2022.

Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é beneficiária do incentivo fiscal do Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM. Este incentivo tem prazo final em outubro de 2016.

Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, encerrando-se em 2017.

A controlada Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, que a considerou como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste e, conseqüentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia de 99% até o ano de 2017.

Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

A controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, encerrando-se em 2017.

PSDI- Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial- A controlada Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possui protocolo de intenções firmado com o Estado de Sergipe, que lhe garante, até o ano de 2029, os seguintes incentivos fiscais:

Diferimento de 75% do ICMS apurado e carência de 15 anos para o pagamento dos 25% restantes. Incentivo válido até 1º de junho de 2029.

Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, partes e peças, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

Reiziger Participações Ltda.

A controlada indireta Reiziger Participações Ltda., possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA e, conseqüentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

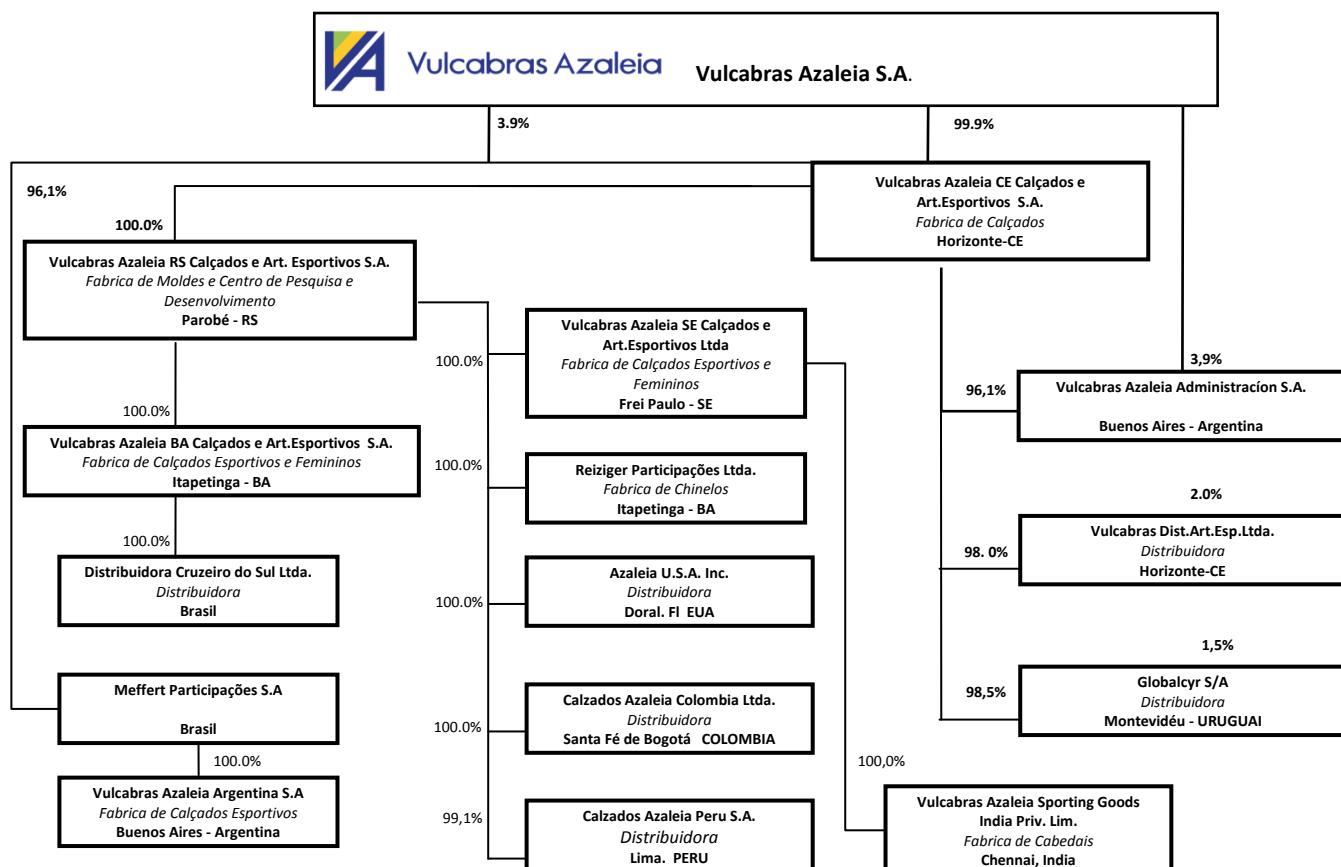
Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia de 99% até o ano de 2027.

Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

Consolidado

A Companhia detém 99,996% do capital social da Vulcabras Azaleia – CE que, por sua vez, detém 100% do capital social da Vulcabras Azaleia – RS. Esta detém 100% do capital social das subsidiárias incentivadas, Vulcabras Azaleia – BA, Vulcabras Azaleia – SE e Reiziger. Dada a participação de 100% das companhias investidoras nas companhias investidas, quando da avaliação dos investimentos pelas investidoras nas investidas, as investidoras registram 100% da variação do patrimônio líquido das investidas.

Organograma



O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas para os incentivos, e na Despesa com IRPJ e CSLL para os incentivos fiscais, referentes ao IRPJ, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

	Montante do incentivo no consolidado	%	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2015	2014
Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas		Participação		
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	54.360	99,99	54.355	60.716
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	1.046	100,00	1.046	1.950
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	31.226	100,00	31.226	38.434
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	3.153	100,00	3.153	3.806
Reiziger Participações Ltda.	-	100,00	-	-
	<u>89.785</u>		<u>89.780</u>	<u>104.906</u>

Efeitos dos Incentivos Fiscais de ICMS sobre o Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

A tabela abaixo apresenta o efeito dos incentivos fiscais de ICMS sobre nosso lucro (prejuízo) das operações, bem como a base de cálculo para a distribuição de dividendos da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2013		2014		2015	
	(Em R\$ mil, exceto percentagens)					
(+) Incentivo de ICMS	109.229	-86%	104.991	-144%	95.857	-192%
(+) Lucro (prejuízo) das operações	(235.909)	186%	(177.792)	244%	(145.775)	292%
(=) Lucro líquido da controladora	(126.680)	100%	(72.801)	100%	(49.918)	100%

Base dos dividendos			
Lucro líquido/prejuízo da controladora	(126.680)	(72.801)	(49.918)
(+) Reserva Legal	-	-	-
(+) Realização líquida da reserva de reavaliação	1.290	1.375	1.353
(=) Base de cálculo	(125.390)	(71.426)	(48.565)
Dividendos propostos 25%	-	-	-

Incentivos Fiscais Contabilizados na Demonstração de Resultado das Subsidiárias Incentivadas

Abaixo resumo dos incentivos fiscais contabilizados diretamente na demonstração de resultado na linha “deduções – impostos sobre vendas”, “outras receitas operacionais” e imposto de renda das controladas incentivadas:

Controladas incentivadas	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2013	2014	2015
Vulcabras Azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	59.168	60.722	55.195
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	1.200	1.950	1.113
Vulcabras Azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	41.820	38.434	36.499
Vulcabras Azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	7.041	3.806	3.220
Reiziger Participações Ltda.			
Total	109.229	104.912	96.027
Incentivo de imposto de renda			
PROCOMEX – Incentivo de exportação	680	(88)	170
PROAPI – Incentivo de exportação	1.975	-	-
Incentivo de ICMS	106.574	105.000	95.857
Total	109.229	104.912	96.027

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é influenciada diretamente pelo volume de vendas, modificação de preços e lançamentos de novos produtos. No exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015, nossa receita bruta de vendas totalizou R\$ 1.137,2 milhões, registrando queda de 22,8% sobre 2014. A Receita Bruta não contempla a operação descontinuada.

Tivemos uma queda de 10,7% nos volumes de calçados vendidos no mercado interno, provocado especialmente pelo acirramento da concorrência provocado pelo crescente aumento das importações de calçados, especialmente asiáticas.

O dólar valorizou 46,6% frente ao real, passando de R\$ 2,66 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015. As importações também caíram. Com o dólar valorizado, os produtos importados ficaram menos competitivos no varejo nacional, o que ajudou as produtoras brasileiras de calçados. "Talvez tenha sido a notícia mais positiva do ano", avalia o presidente-executivo da Abicalçados, Heitor Klein. No ano passado entraram no Brasil 33,26 milhões de pares por US\$ 481 milhões, números inferiores 9,6% em volume e 14,3% em dólares na relação com 2014.

O preço médio dos calçados teve uma elevação de 3,9% no mercado interno e 3,7% no mercado externo. A inflação, com crescimento acima da meta, foi de 10,67% segundo IPCA-IBGE (6,41% em 2014).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2015, os impactos da variação de preços dos principais insumos foram reduzidos, tendo em vista que mantemos relacionamentos comerciais de longo prazo com nossos fornecedores e durante o ano de 2015 realizamos trabalhos de substituição de fornecedores e busca de produtos em outros países, visando à adequação e diminuição de nossos custos.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de variações em função da volatilidade da taxa de câmbio sobre operações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2015, com a variação positiva de 46,6% em relação à última cotação de 2014. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração mantém hedge natural com a manutenção de ativos e passivos atrelados à variação cambial, o que nos permite evitar impactos relevantes no resultado financeiro da Companhia.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da cotação da DI-Cetip e da TJLP sobre operações atreladas a estas taxas. Os passivos líquidos de ativos atrelados à taxa da DI-Cetip em 31 de dezembro de 2015 somavam R\$ 344,4 milhões entre aplicações financeiras e financiamentos, e os passivos atrelados a TJLP, representados por financiamentos, somavam R\$ 150,2 milhões nesta mesma data.

A cotação da DI-Cetip em 31 de dezembro de 2015 foi de 14,14% a.a., com variação de 2,57 p.p. em relação a 2014, que encerrou com cotação de 11,57%. A TJLP encerrou 2015 à taxa de 7,0% a.a., com variação de 2,0 p.p. em relação a 2014. A Companhia e suas controladas não contratam instrumento financeiro específico para mitigar estes riscos.

10.3. Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 02 de dezembro de 2015, a Vulcabras Azaleia S.A. publicou a decisão de seu Conselho de Administração que firmou contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças com Dass Nordeste S.A., tendo por objeto ações representativas de 100% do capital social da Empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A.. A empresa Vulcabras Azaleia Argentina S.A., é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções de nossas marcas, no mercado argentino. A transferência das ações da Vulcabras Azaleia Argentina S.A. foi concluída em 01 de janeiro de 2016.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em nossas atividades que tenha causado ou possa causar efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) eventos ou operações não usuais

Alteração definitiva na base de cálculo da CSLL

Em junho de 2004, a Vulcabras Azaleia – CE impetrou Mandado de Segurança buscando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da CSLL. Em junho de 2006 foi dado provimento ao recurso de apelação interposto contra a sentença proferida, reconhecendo-se, portanto, a exclusão da referida linha da base de cálculo da CSLL. A sentença transitou em julgado em 9 de novembro de 2006 e, em março de 2007, a Vulcabras Azaleia – CE protocolou junto a Receita Federal o pedido de habilitação do crédito reconhecido no montante de R\$6,6 milhões, dos quais R\$0,5 milhão corresponde à atualização monetária.

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 contém parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Vulcabras Azaleia S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiência histórica e vários outros fatores julgados razoáveis e relevantes, considerados os fatos e circunstâncias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar nossa situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações quando resultar em valores diferentes dos estimados. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua e mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registramos a despesa relativa à provisão para devedores duvidosos no grupo de despesas com vendas. A provisão para crédito de liquidação duvidosa (valor recuperável dos recebíveis - impairment) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Para registrar uma provisão, levamos em consideração: (i) nosso histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a presunção de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. Não

registramos uma provisão para devedores duvidosos quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (valor recuperável dos recebíveis - *impairment*) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Provisão para perdas na realização dos estoques

O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, descontados todos os impostos recuperáveis do seu cálculo. No caso dos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal da operação. As importações em andamento são registradas conforme os custos incorridos na sua aquisição.

Constituímos provisão para perdas na realização nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente às perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa.

Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, segue os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deva ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Conforme determinações do CPC 01(R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Teste de valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Taxa de depreciação e amortização

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado do exercício. As taxas de depreciação foram estimadas com base no tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras

consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos na eficiência dos sistemas contábeis e de controles internos adotados por nós com o objetivo de garantir qualidade e confiabilidade nas informações que compõem nossas demonstrações financeiras. Dessa forma, a administração acredita que as demonstrações financeiras refletem de maneira fiel a situação patrimonial e financeira das operações.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, nossos auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria. Vale lembrar que no escopo de auditoria das demonstrações contábeis não está prevista a auditoria específica e emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos.

Apesar da auditoria específica e conseqüente emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos não estar prevista no escopo de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, no contexto da auditoria das suas demonstrações contábeis, nossos auditores emitiram relatório de recomendações que incluem comentários sobre nossos controles internos.

No relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis, os controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais, a auditoria independente apontou oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações contábeis examinadas.

Não obstante tais comentários tratem de questões que não comprometem a fidedignidade das demonstrações contábeis, os tópicos identificados como passíveis de melhorias estão recebendo atenção da Companhia no contexto de um contínuo esforço para o aprimoramento dos nossos controles internos da organização.

Assim, a Companhia não tem conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação das suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off - balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Evidenciamos todos os itens relevantes referentes às nossas operações e nossas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

indicados no item 10.8:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício findo em 2015, a Companhia registrou no resultado, o montante de R\$ 19,2 (R\$ 21,0 em 2014), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Utilizamos recursos próprios e financiamentos junto aos seguintes agentes financeiros e agências de fomento: BNDES, FINEP, BNB e outros bancos comerciais. Para maiores informações sobre nossos financiamentos, vide item 10.1 (f) (i).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos para os próximos exercícios.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

Acreditamos possuir um dos maiores centros de desenvolvimento da América Latina. São mais de 586 pessoas em nossa sede de Parobé (RS), exclusivamente dedicadas ao desenvolvimento de produtos, de tecnologias de amortecimento, de sistemas de conforto e de engenharia de produto e de processo, além da criação e fabricação próprias de matrizes, moldes e dispositivos, fator fundamental para a multiplicação e proteção de nosso conhecimento tecnológico e de nossas propriedades intelectuais.

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não foram divulgadas pesquisas em andamento.

ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento somaram R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma queda em relação ao exercício anterior que somou R\$ 21,0 milhões.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Estes gastos estão apresentados no item 10.10.c ii.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Algumas das nossas matérias-primas, que correspondem a uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos, como as resinas de PVC, EVA e PU e os óleos plastificantes, são derivados de commodities e seu valor é estabelecido de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar.

Nossa política é adquirir matérias primas conforme a demanda, estabelecendo um programa de relacionamento de longo prazo com os principais fornecedores de matérias-primas e tendo como estratégia constante o desenvolvimento de novos Fornecedores, novos produtos e novas tecnologias, minimizando riscos de rupturas de abastecimento.

VULCABRAS | AZALEIA S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO
27 DE ABRIL DE 2016**

ANEXO II

ANEXO (II)

AO MANUAL DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.6/ 8 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Pedro Grendene Bartelle 098.647.840-72 Não exerce outros cargos	66 Industrial	Pertence ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2015 30/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017 Sim
Alexandre Grendene Bartelle 098.675.970-87 Não exerce outros cargos	66 Industrial	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Conselho de Administração	30/04/2015 30/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017 Sim
Pedro Bartelle 685.957.430-53 Não exerce outros cargos	40 Administrador	Pertence ao Conselho de Administração e à Diretoria 30 – 2º Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	30/04/2015 30/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017 Sim
Roberto Faldini 070.206.438-68 Não exerce outros cargos	67 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27- Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	30/04/2015 30/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017 Não
Hector Nuñez 249.498.638-94 Não exerce outros cargos	53 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 – Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	30/04/2015 30/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017 Sim
Wagner Benedicto de Lima 030.248.428-02 Diretor de Relações com Investidores.	53 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 – Diretor Administrativo e de Finanças	11/05/2015 11/05/2015	Até a Reunião de Conselho de Administração a ser realizada em 2017 Sim

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Marco Antonio de Sá Martins 138.971.100-59 Não exerce outros cargos	64 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Diretor de Operações – Argentina	11/05/2015 11/05/2015	Até a Reunião de Conselho de Administração a ser realizada em 2017 Sim
Rafael Carqueijo Gouveia 285.968.008-08 Não exerce outros cargos	36 Propagandista	Pertence apenas à Diretoria 19 - Diretor Comercial	11/05/2015 11/05/2015	Até a Reunião do Conselho de Administração a ser realizada em 2017 Sim
Flavio de Carvalho Bento 575.411.248-34 Não exerce outros cargos	65 Pedagogo	Pertence apenas à Diretoria 19 - Diretor Industrial	11/05/2015 11/05/2015	Até a Reunião de Conselho de Administração a ser realizada em 2017 Sim
Luiz Vanderlei Heidrich Não exerce outros cargos	51 Vendedor	Pertence apenas à Diretoria 19 - Diretor de Divisão Feminino	11/05/2015 11/05/2015	Até a Reunião de Conselho de Administração ser realizada em 2017 Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Pedro Grendene Bartelle – 098.647.840-72

Pedro Grendene Bartelle, 66 anos, nascido em 23 de janeiro de 1950. Sócio fundador da companhia, exerce cumulativamente a função de Presidente do Conselho de Administração, e também Vice-Presidente da Grendene S.A. (companhia de capital aberto na BM&FBovespa), foi um dos responsáveis pelo redirecionamento da linha de negócios do grupo, tendo sido responsável pelo desenvolvimento de inúmeros projetos relacionados com os produtos de conceito e design inovadores lançados por nossa empresa, além da transferência da principal planta industrial do Estado do Ceará. Participa em outros negócios no Brasil e no exterior e como proprietário da Agropecuária Manacá Ltda., empreendimento usineiro e agropecuário.

Nada consta para qualquer condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Alexandre Grendene Bartelle - 098.675.970-87

Alexandre Grendene Bartelle, 66 anos, nascido em 23 de janeiro de 1950, bacharel em Direito pela Universidade Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Grendene S.A.. Adicionalmente, participa em outros negócios no Brasil, incluindo a Única Indústria de Móveis Ltda. - fabricante de cozinhas e armários modulares em madeira; Telasul S/A - fabricante de cozinhas em aço onde é Diretor Vice Presidente, participando das principais decisões estratégicas da empresa e acompanhando o desempenho geral da companhia através de reuniões mensais com os administradores e acionistas; Agropecuária Jacarezinho Ltda. - empresa do ramo agropecuário e cana de açúcar; SICO - Siderúrgica Centro-Oeste Ltda. - fabricante de laminados de aços longos, é detentor de 50% do capital, participa das decisões estratégicas da empresa além de outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade como sócio do capital, sendo que a administração geral da empresa está a cargo da Votorantim Siderurgia S/A (Grupo Votorantim) que detém os outros 50% do capital; IACO Agrícola S/A - Usina de álcool, açúcar e cultivo de cana, detentor de 40% do capital, participa das decisões estratégicas e acompanha o desempenho mensal da empresa através de reuniões mensais com os Administradores, além de outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade como sócio do capital; e Da Mata S/A - Usina de álcool, açúcar e cultivo de cana, onde é Vice Presidente do Conselho de Administração. Na nossa companhia participa das decisões estratégicas e acompanha o desempenho mensal da empresa através de reuniões mensais com os Administradores e outros acionistas, além de outras obrigações gerais que tem sob sua responsabilidade como sócio do capital.

Nada consta para qualquer condenação criminal

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Roberto Faldini – 070.206.438-68

Roberto Faldini, 67 anos, nascido em 06 de setembro de 1948 formado em administração de empresas pela EAESP – FGV em 1972, especializado em Gestão Avançada na Fundação Dom Cabral e INSEAD – Fontainebleau; Empreendedorismo em Babson College; e em Governança Corporativa em IFC – IBGC. Foi cofundador do IBGC (Instituto Brasileiro de

Governança Corporativa), entidade brasileira dedicada à promoção da Governança Corporativa no Brasil e membro associado do IBEF (Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros) autarquia de promoção do relacionamento profissional e social de profissionais de finanças. Foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A. empresa produtora de componentes automotores, onde foi diretor financeiro e de relações com investidores de 1980 a 1992, tendo sido responsável pela gestão financeira e pelo relacionamento com investidores e o mercado em geral, tendo sido membro do Conselho de Administração no período 1993 a 1996, participando das principais decisões estratégicas da empresa. Foi Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador em São Paulo do Núcleo da Empresa Familiar – PDA, da Fundação Dom Cabral. Atualmente, participa, também, dos comitês de Governança Corporativa e de Negócios (Business Affairs) da Amcham – SP, participando ativamente como palestrante, organizador ou ouvinte em eventos e conferências mensais dos comitês de Governança Corporativa e de Negócios (Business Affairs) da Camara Americana de Comercio – AMCHAM - SP e faz parte do Conselho de Administração da nossa Companhia, como conselheiro independente.

Nada consta para condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Hector Nuñez - 249.498.638-94

Hector Nuñez, 53 anos, nascido em 30 de outubro de 1962, formado em administração de empresas em Florida International University em 1983, MBA em Florida International University em 1986. cursou a Universidade de Pennsylvania – Wharton School of Business/ Emory University/ Goizueta School of Business: Executive Development Program em 2002 e 2003 e Tuck School of Business – Dartmouth University – Global 2020 Executive Development Program em 2008 e 2009. Foi presidente da Wal Mart Brasil de 2008 a 2010, tendo exercido o cargo de Diretor Financeiro de 2006 a 2008, respondendo pelas atividades e gestão das finanças da empresa. Atuou como vice-presidente de operações da “The Coca-Cola System”, em San Jose, Costa Rica de 2003 a 2006, exercendo as atividades de gestão de operações, acompanhamento de clientes, gestão de canais de distribuição. Vice-Presidente de Operações da Sucos Del Valle do Brasil Ltda. de 1996 a 1999, tendo desempenhado as atividades de gestão de operações, acompanhamento de clientes, gestão de canais de distribuição. Exerceu, também, a presidência da Hertz Brazil entre 1994 e 1996 tendo sido responsável por todas as atividades da Companhia no Brasil. Atualmente faz parte do Conselho de Administração da nossa Companhia, como conselheiro independente.

Nada consta para condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou

comercial.

Wagner Benedicto de Lima – 030.248.428-02

Wagner Benedicto de Lima, 53 anos nascido em 14 de janeiro de 1963, graduado em Ciências Contábeis com especialização em Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Universidade de São Paulo. Atualmente é diretor Administrativo e de Finanças da Vulcabras Azaleia S.A, sendo responsável pelas áreas Financeira, de Planejamento e Relatórios, contabilidade, Tributário, RH , Jurídico e Tecnologia da Informação. Foi auditor durante 11 anos, sendo os últimos 8 nos na Coopers & Lybrand Auditores Independentes, Controller na Santista Alimentos S.A. (Grupo Bunge) e nos últimos 15 anos atuou com VP/Diretor Administrativo e Financeiro na empresas : Atento(GrupoTelefonica), Grupo Fleury e Bematech S.A., tendo liderado diversos projetos relevantes tais como : M&A e IPO.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Marco Antonio de Sá Martins - 138.971.100-59

Marco Antônio de Sá Martins, 64 anos, nascido em 09 de janeiro de 1952, é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, com pós-graduação em Estratégia Empresarial pela FGV-SP. Atualmente é Diretor Presidente da Vulcabras|azaléia Argentina S.A. (subsidiária da Companhia), sendo responsável por toda a gestão da operação da Companhia naquele país. É também Presidente do Conselho da Reebok Argentina S.A., onde participa de reuniões de gestão e acompanhamento das operações da *Joint Venture* entre a Vulcabras Azaleia e a Reebok.

Nada consta para qualquer condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Pedro Bartelle - 685.957.430-53

Pedro Bartelle, 40 anos, nascido em 01 de fevereiro de 1976. Atualmente é Presidente e Diretor de Marketing da Companhia e membro do conselho de administração da Vulcabras Azaleia S.A.. Foi Presidente da Rede de Varejo B&S Comércio de Artigos Esportivos e Representações Ltda, onde atuava como principal executivo responsável pela administração das 6 lojas da rede, dirigindo a parte de compras, marketing e financeira, e Diretor da Rede de Varejo, onde atuava como principal executivo responsável pela administração da rede com foco na expansão da cadeia que hoje já possui 22 lojas Atuou como o principal executivo responsável pela implementação da subsidiária da Companhia na Argentina, tendo sido responsável por todo o processo de integração entre as empresas daquele mercado e o grupo. É também diretor da Vulcabras Argentina, da Grendene Argentina S.A. e da *Joint Venture Argentina* (empresa de *joint venture* criada entre a Companhia e a adidas), onde atua como responsável pela supervisão das operações comerciais, de marketing e de desenvolvimento de produto daquele país.

Nada consta para qualquer condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Flávio de Carvalho Bento - 575.411.248-34

Flávio de Carvalho Bento, 65 anos, nascido em 19 de novembro de 1950, graduou-se em pedagogia a, pela Faculdade Maria Imaculada de Mogi Mirim – SP. Atualmente é Diretor Industrial da Vulcabras Azaleia S.A. . Assumiu o cargo como Diretor industrial em agosto de 1999, com objetivo de reorganizar todo processo fabril, tornando-o apto ao crescimento de volume e ao desenvolvimento de novos processos e tecnologias. É responsável também pela área de Recursos Humanos. Foi gerente de fábrica da Cambuci S.A. (companhia de capital aberto).

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Rafael Carqueijo Gouveia – 285.968.008-08

Rafael Carqueijo Gouveia, 36 anos, nascido em 31 de agosto de 1979, graduado em Comunicação Social na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP – São Paulo), com MBA em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM – São Paulo), cursou pela ECR Brasil “ Efficient Consumer Response” e pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV EAESP) “Líderes de Varejo”. Atualmente é Diretor Comercial da Vulcabras Azaleia S.A., responsável pelas vendas dos produtos esportivos, chinelos e botas da empresa. Foi: Country Manager (Gerente Geral) da empresa Penalty S.A., responsável pela operação de negócios no Brasil, liderando os departamentos de Marketing, Vendas, Controladoria, Logística e Distribuição; Head de Logística e Distribuição Nacional do Grupo Schincariol, responsável pela logística e distribuição e Diretor Comercial da regional São Paulo do mesmo grupo, responsável pela unidade de negócios da cidade de São Paulo; Head da unidade de negócios de Trade Marketing e Key Account da empresa JBS Friboi, responsável pelo desenvolvimento de novos negócios; Gerente Nacional de Trade Marketing da Arno S.A.(Grupo Seb do Brasil), responsável pelo desenvolvimento de canais; Trainee Key Account de Vendas e Trade Marketing da Unilever Foods Brasil, responsável pelo desenvolvimento de canais de vendas.

Nada consta para qualquer condenação criminal.

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Luiz Vanderlei Heidrich – 390.624.900-00

Luiz Vanderlei Heidrich, 51 anos, Técnico em Contabilidade, MBA em Business de Mercado pela Faculdade AMF – Antonio Meneguete. Atualmente é Diretor de Operações da Divisão Feminino da Vulcabras Azaleia S/A, sendo responsável pelas áreas Comercial de Vendas, Desenvolvimento de produtos, Supply Chain e Industrial para as marcas azaleia e Dijean. Na empresa Calçados Beira Rio S/A ocupou o cargo de Diretor Comercial e de Marketing durante 10 anos, e também respondeu em outro momento pela área de Desenvolvimento de Produtos, onde foi responsável pela gestão de 05 marcas da empresa (desenvolvimento das coleções, definição de mix de produtos, inovação tecnológica dos calçados, análise de custos X preço, crescimento em vendas, posicionamento das marcas, etc).

Nada consta para qualquer condenação em processo administrativo da CVM.

Nada consta para qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.7. Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração.

Atualmente não possuímos comitês estatutários ou outros comitês de gestão instalados.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Vulcabras Azaleia S.A.	50.926.955/0001-42	Irmão do Sr. Alexandre Grendene Bartelle
Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Grendene Bartelle	098.675.970-87	Vulcabras Azaleia S.A.	50.926.955/0001-42	Irmão do Sr. Pedro Grendene Bartelle
Vice Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Grendene Bartelle	098.647.840-72	Vulcabras Azaleia S.A.	50.926.955/0001-42	Pai do Sr. Pedro Bartelle
Presidente do Conselho de Administração				

<u>Pessoa relacionada</u>				
Pedro Bartelle	685.957.430-53	Vulcabras Azaleia S.A.	50.926.955/0001-42	Filho do Sr. Pedro Grendene Bartelle
Diretor Presidente				

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; controlador direto ou indireto do emissor e, caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Exercício Social de 31/12/2015

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Não aplicável.		
<u>Pessoa Relacionada/Tipo de Pessoa Relacionada</u> Não aplicável.		

Exercício Social de 31/12/2014

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Não aplicável.		
<u>Pessoa Relacionada/Tipo de Pessoa Relacionada</u> Não aplicável.		

Exercício Social de 31/12/2013

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u> Pedro Grendene Bartelle Presidente do Conselho de Administração	098.647.840-72	Acionista

VULCABRAS | AZALEIA S.A.

**PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO
AGO
27 DE ABRIL DE 2016**

ANEXO III

ANEXO (III)

AO MANUAL DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política visa à remuneração satisfatória de nossos administradores e está alinhada com os objetivos estratégicos de nossos acionistas e com nossos desafios de crescimento e posicionamento competitivo frente a nossos maiores competidores - nacionais e internacionais – no curto e longo prazo. Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos administradores é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação. Não possuímos Conselho Fiscal instalado, bem como não possuímos quaisquer comitês de apoio ao Conselho de Administração.

b. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**
- ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total**
- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração**

O Conselho de Administração é remunerado apenas por parcela fixa. A remuneração da Diretoria é composta por remuneração fixa e variável. O percentual de participação de cada componente na remuneração total da Diretoria varia anualmente em função de metas e objetivos definidos pelo Conselho de Administração.

A remuneração fixa dos Administradores e seus reajustes são determinados anualmente pelo Conselho de Administração, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida pela Companhia para que o Conselho de Administração a determine. A remuneração variável é estabelecida pelo Conselho de Administração visando à melhoria do desempenho da Companhia, associado à responsabilidade de cada cargo dos Diretores executivos, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida pela Companhia para que o Conselho de Administração a determine.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a remuneração variável da Diretoria os indicadores de desempenho estão atrelados ao volume de vendas, preços médios, rentabilidade da produção, administração de ativos e passivos, rentabilidade sobre ativos totais, e lucro líquido que são definidos anualmente pelo Conselho de Administração com a aprovação do Orçamento Anual da Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela da remuneração variável, quando paga, é realizada em uma única parcela anual com base em cumprimento de metas pré-estabelecidas.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A definição da remuneração variável visa alinhar os objetivos da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, ao desempenho dos seus Administradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

As subsidiárias Vulcabras Azaleia – CE e Vulcabras Argentina suportam as remunerações de nossos Administradores, sendo que a remuneração fixa de nosso Conselho de Administração é suportada pela Vulcabras Azaleia – CE e as remunerações fixas e variáveis de nossa Diretoria são suportadas pelas Vulcabras Azaleia – CE e Vulcabras Argentina. Para maiores informações acerca dos valores reconhecidos nos resultados de nossas subsidiárias como remuneração de nossos Administradores, para os três últimos exercícios sociais, vide item 13.15.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem quaisquer outras remunerações ou benefício vinculado a outros desempenhos que não os descritos no item 13.1(b) ou outros eventos societários.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	6	-	11
Remuneração fixa anual	739.989	6.027.911	-	6.767.900
Salário ou pró-labore	739.989	6.027.911	-	6.767.900
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	1.762.146	-	1.762.146
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.762.146	-	1.762.146
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	739.989	7.790.057	-	8.530.046

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	6	-	11
Remuneração fixa anual	643.469	6.881.173	-	7.524.642
Salário ou pró-labore	643.469	6.881.173	-	7.524.642
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	1.532.301	-	1.532.301
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.532.301	-	1.532.301
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	643.469	8.413.474	-	9.056.943

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2016)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus		1.762.146		1.762.146
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.762.146		1.762.146
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	14.835.000	-	14.835.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais ⁽¹⁾	-	11.545.000	-	11.545.00

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	-	6	-	6
Bônus		1.532.301		1.532.301
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.532.301	-	1.532.301
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	14.835.000	-	14.835.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais ⁽¹⁾	-	11.545.000	-	11.545.000

Obs.: A Companhia não possui Conselho Fiscal

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela nossa Companhia. Porém, o nosso Estatuto Social estabelece que a critério do Conselho de Administração e de acordo com o plano a ser aprovado em Assembleia Geral, poderá ser emitida opção de compra de ações para programa de desempenho de administrador até o limite de 3% do total das ações, considerando-se o total de ações válidas na data de cada emissão.

a. Termos e condições gerais

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

b. Principais objetivos do plano

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

k. Forma de liquidação

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

l. Restrições à transferência das ações

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.5. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas por membros do conselho de administração e da diretoria, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Quantidade de Ações	% da Participação
Conselho de administração	550.247.239	74%
Diretoria	59.308.557	8%
Total	609.555.796	82%

a) Grupamento de ações

Em 11 de fevereiro de 2016, a Vulcabras Azaleia S.A., convocou os membros da Administração da Companhia para deliberar sobre: i) a proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia; ii) a proposta de alteração do art. 5º, do Estatuto Social da Companhia; e iii) Convocação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia e a autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários à operacionalização e efetivação do grupamento de ações, assim que aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

13.6. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

a. Órgão

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

b. Número de membros

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

c. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. Data de outorga

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

ii. Quantidade de opções outorgadas

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

iv. Prazo máximo para exercício das opções

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

v. Prazo de restrição à transferência das ações

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

d. Valor justo das opções na data de outorga

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

a. Órgão

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

b. Número de membros

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

c. Em relação às opções ainda não exercíveis

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

d. Em relação às opções exercíveis

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

a. Órgão

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

b. Número de membros

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

c. Em relação às opções exercidas informar:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

d. Em relação às ações entregues informar:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

a. Modelo de precificação

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não há nenhum plano de opção de compra de ações outorgado pela Companhia.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais (R\$)	Diretoria Estatutária 31/12/2015	Conselho de Administração 31/12/2015
Nº de membros	6	5
Valor da maior remuneração (Reais)	1.170.910	250.891
Valor da menor remuneração (Reais)	336.000	141.687
Valor médio da remuneração (Reais)	1.062.721	128.694

Observação: A remuneração indicada foi fixa e variável e refere-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício de 2015.

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A companhia não possui nenhum instrumento ou mecanismo financeiro para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Remuneração de administradores que sejam partes relacionadas aos controladores

	2015	2014	2013
Conselho de Administração	33,3%	33,3%	33,3%
Diretoria Estatutária	15,6%	15,6%	25,2%

13.14. Remuneração e administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros do Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária que não seja em relação à função que ocupam.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração fixa de nosso Conselho de Administração é suportada pela Vulcabras Azaleia CE e as remunerações fixas e variáveis de nossa Diretoria são suportadas pelas Vulcabras Azaleia CE e Vulcabras Argentina. Não temos Conselho Fiscal instalado. A tabela abaixo indica os valores reconhecidos no resultado da Vulcabras Argentina e da Vulcabras Azaleia CE como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, agrupados por órgão, para os períodos abaixo indicados:

	31 de dezembro de 2013		
	Vulcabras Azaleia S/A	Vulcabras Azaleia Argentina	Vulcabras Azaleia CE
Remuneração do Conselho de Administração	-	-	622.000
Remuneração fixa da Diretoria	-	85.000	3.545.000
Remuneração variável da Diretoria	-	-	-
TOTAL	-	85.000	4.167.000
	31 de dezembro de 2014		
	Vulcabras Azaleia S/A	Vulcabras Azaleia Argentina	Vulcabras Azaleia CE
Remuneração do Conselho de Administração	-	-	688.176
Remuneração fixa da Diretoria	-	72.936	5.994.127
Remuneração variável da Diretoria	-	-	621.411
TOTAL	-	72.936	7.303.714
	31 de dezembro de 2015		
	Vulcabras Azaleia S/A	Vulcabras Azaleia Argentina	Vulcabras Azaleia CE
Remuneração do Conselho de Administração	-	-	643.469
Remuneração fixa da Diretoria	-	76.978	6.881.173
Remuneração variável da Diretoria	-	-	1.532.301
TOTAL	-	76.978	9.056.943

13.16. Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Acreditamos que todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.